CONVÊNIO ACADÊMICO



CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA

Rua Riachuelo, 217 – Centro -- 05002-070 São Paulo/SP – Brasil



Projeto "Memória da Constituinte (1987-1988)"

Depoimento:

JOSÉ GENOÍNO NETO

Equipe de Pesquisa

Antônio Sérgio Rocha (DCS/Unifesp) - coordenador/editor

Daniel Menezes (Direito/Mackenzie) – coordenador adjunto

Andrei Koerner (DCP/Unicamp)

Bernardo Ferreira (DCS/UERJ)

Cicero Araujo (DCP/USP)

Eduardo Noronha (DCS/UFSCar)

Jefferson Goulart (DCH/UNESP)

José Genoíno Guimarães Neto nasceu em Quixeramobim (CE) em maio de 1946. Passou a infância em Encantado, vilarejo de 100 habitantes, entre os estudos primários no grupo escolar e o trabalho na roça, para ajudar os pais. Mudou-se para Fortaleza em 1964. Foi líder estudantil, integrando a União Nacional dos Estudantes (UNE). Trabalhou dois anos como operador de computadores na IBM. Em 1968, com 22 anos, ingressa no Partido Comunista do Brasil (PC do B). Com a decretação do AI-5, muda-se para São Paulo e passa a viver na clandestinidade. Em 1970, vai a Goiás, com o objetivo de lutar na Guerra do Araguaia. Em 1972, é capturado pelos militares e passa cinco anos preso e torturado. Foi solto em 1977, passando a lecionar História. Foi anistiado em 1979 e participou da fundação do PT, agremiação pela qual se elegeu deputado federal cinco vezes – de 1982 a 2002. Neste ano, concorreu ao governo do Estado de São Paulo, mas foi derrotado. Também em 2002 foi escolhido presidente nacional do PT, em substituição a José Dirceu. Em 2006, após o escândalo de chamado "mensalão", de novo se elegeu deputado federal. Duas publicações tratam da trajetória política de Genoíno. Em 2006, sai "Entre o sonho e o poder. A trajetória da esquerda brasileira através das memórias de Genoíno", coletânea de entrevistas concedidas à jornalista Denise Paraná. Em 2007, é publicada a obra "José Genoíno – Escolhas Políticas", da jornalista Maria Francisca Pinheiro Coelho. Em 08 de maio de 2011, Genoíno foi condecorado pelo Ministério da Defesa com a Medalha da Vitória, entregue a personalidades civis ou militares que tenham prestado serviços relevantes à defesa nacional. Foi a primeira vez que um ex-guerrilheiro recebeu tal homenagem das Forças Armadas brasileiras.

Uma Constituinte com o olho no retrovisor

No Brasil, aconteceram dois grandes tensionamentos na transição da ditadura para a democracia. O primeiro foi a campanha das *Diretas-Já*, ocorrida em 1984. O segundo foi o processo constituinte, em 1987-88.

A disputa política começou já no episódio da convocação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), aspecto que até hoje é pouco registrado. Começou com o Ato Convocatório da Constituinte, em junho de 1985. O Ato foi iniciativa do Poder Executivo, através de Mensagem enviada pelo Presidente Sarney, convocando uma Assembleia Nacional Constituinte congressual e derivada -como queriam as forças conservadoras. No Congresso Nacional, nós tentamos transformar esse Ato na convocação de uma Assembleia Constituinte originária. Houve, inclusive, todo um debate jurídico sobre isso. Flavio Bierrembach foi o relator dessa PEC,1 e ele elaborou um substitutivo ao Ato Convocatório do Executivo que previa um plebiscito sobre o assunto. O PT não tinha número para integrar a comissão incumbida de examinar o projeto, porque a sistemática naquela época era diferente da de hoje: a Convocatória era uma emenda constitucional, a ser apreciada por uma comissão mista de deputados e senadores, em reunião conjunta do Congresso Nacional.² Apesar disso, eu estive presente na comissão especial que apreciou a PEC. E perdemos a batalha do Ato Convocatório, que era para conceituar a Constituinte como um poder originário, como uma Constituinte soberana.

Mas a questão sobre a natureza da Constituinte voltaria mais tarde, por ocasião da sua instalação, em fevereiro de 1987. Na elaboração da Resolução nº. 2 (o Regimento Interno da Constituinte), o debate sobre o Poder Constituinte originário voltou à tona. Houve um embate forte sobre a questão das normas a

compor o Regimento, e esse debate foi mediado por um processo que buscava a democratização da elaboração das atividades legislativas. A Constituinte sempre foi um tensionamento entre forças políticas, com recuos e avanços, mas conseguimos que a Resolução que regulamentou o Regimento Interno tivesse uma estrutura muito democrática. Foi uma espécie de negociação: não era o Poder Constituinte soberano originário, como queríamos no ato de instalação, de modo que nós então lutamos por um Ato Declaratório; no Plenário, eu e outros constituintes fizemos uma série de questões de ordem naquela hora, sem sucesso.

Veio então o Regimento Interno, que democratizou muito o processo de elaboração da Constituinte. Por duas vertentes. Primeiro, pela vertente das iniciativas populares, que entravam direto no processo constituinte. Hoje, com a iniciativa popular, a entrada no processo legal precisa ter mais ou menos um milhão de assinaturas. Mas, naquela época, isso ainda não existia. De modo que foi esse Regimento Interno que permitiu que mulheres, índios, sindicatos, UDR³ etc. entrassem com emenda diretamente no Plenário da ANC, vindas já das Comissões Temáticas.

A segunda vertente democratizadora foi a estruturação interna da Constituinte, que foi decidida em um processo muito tenso. Há muitos episódios que não foram divulgados, mas, quando foram formadas as Subcomissões, as Comissões Temáticas, a Comissão de Sistematização e o Plenário, compondo assim os quatro estágios de elaboração da Constituição, a composição dos relatores das Subcomissões e das Comissões – que eram membros natos da Comissão de Sistematização – tinha um perfil, digamos assim, à esquerda. Isso foi fruto da correlação de forças dentro do PMDB na época, cujo líder era Mário Covas.⁴

COVAS, FHC E CABRAL

Nas eleições de 1986, já tinha havido um certo tensionamento entre Covas e Fernando Henrique Cardoso nas candidaturas ao Senado Federal. Enquanto Fernando Henrique sinalizava um compromisso à esquerda, Covas era o mais tradicional. Só que depois isso se inverteu: Fernando Henrique Cardoso fazia a ponte com os militares e com Sarney. Ele era mais da negociação, e Covas estava numa linha de confronto. Nessa disputa, Covas derrotou Fernando Henrique Cardoso, que queria ser o relator da Constituinte. E com isso indicou Bernardo Cabral (PMDB-AM) — que, de fato, era mais conservador — para a Relatoria-Geral. Cabral vinha do Amazonas, e da presidência da OAB foi para o Congresso Nacional. Havia nele a expressão política do combate à ditadura, simbolicamente muito forte, de modo que Cabral tinha certa representatividade, um certo charme político. Depois, percebemos que ele não tinha muito conteúdo — mas, enfim, era ele o Relator-Geral da Constituinte.

Na reunião do PMDB, foi o discurso do Covas que derrotou Fernando Henrique Cardoso e sua postulação de ser o Relator-Geral da Constituinte. Não foi Cabral quem ganhou, foi o discurso de Covas que desequilibrou: um discurso brilhante em defesa de Bernardo Cabral – segundo os presentes, teria sido um discurso se equiparava ao que ele fez quando foi cassado. FHC era o candidato que nós, da esquerda, em geral apoiávamos. Inclusive o projeto de Resolução do Regimento Interno foi dele, Fernando Henrique, que foi também o primeiro relator, e nós -- o PT e os chamados progressistas do PMDB --fizemos aliança com ele; mas Covas nos derrotou e indicou Bernardo Cabral, que não era da nossa aliança política. Covas então falou: "Vocês estão enganados, eu vou botar o Cabral, e com o Cabral a gente governa. Com Fernando Henrique Cardoso, não". Ele nos disse exatamente isso.

Formamos um bloco. Jobim fazia o jogo do Covas, de quem era vice-líder. E Bernardo Cabral não fazia nada sem combinar com Mário Covas. O jogo era esse. Por isso que, nesse sentido, Cabral foi correto até na apresentação do seu relatório na Comissão de Sistematização. O relatório dele foi combinado, tanto que o *Centrão* o derrotou. E ele disse o seguinte: "O *Centrão* me derrotou, mas cumpri meu papel político". O que também explica a posição do Bernardo Cabral como Relator-Geral é que ele queria se projetar politicamente. Então começou a ter uma relação conosco: íamos ao seu gabinete e ele ouvia, como no caso da emenda sobre o papel das Forças Armadas.

Ao mesmo tempo, Covas fez uma aliança com a direita do PMDB. Para fazer o contraponto a esse recuo, ele indicou para as relatorias das comissões gente do PMDB que tinha uma visão progressista. E os relatores das comissões e das subcomissões eram membros natos da Comissão de Sistematização, instância que iria elaborar o Projeto de Constituição. Por isso é que depois houve um choque entre os Relatórios da Comissão de Sistematização com o *Centrão*.⁶

PROGRESSISTAS E CONSERVADORES NAS COMISSÕES

Os progressistas tinham controle sobre todas as Comissões Temáticas -- com exceção da Comissão do Capítulo do Título V, que tratava da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, presidida inicialmente por Ricardo Fiúza, um quadro ideológico que veio da ARENA, e depois por Jarbas Passarinho, que também era um quadro ideológico. Essa foi a comissão em que eu participei mais ativamente. A Comissão tratava do papel dos militares, mas não só. Também cuidava do estado de defesa, do estado de sítio, da intervenção federal e da segurança pública: artigos, enfim, que tratam da defesa do Estado.

Tirando essa Comissão, as demais eram de corte progressista. Para se ter uma idéia: a Comissão de Direitos Individuais e Garantias tinha o Bisol;⁹ na Subcomissão de Comunicação, a relatora era a Cristina Tavares;¹⁰ a

Subcomissão de Reforma Agrária, voltada às questões da agricultura e reforma agrária, teve o Oswaldinho¹¹ como relator; na Subcomissão do Poder Executivo, que envolvia a questão do presidencialismo *versus* parlamentarismo, o relator era José Fogaça; ¹² na Comissão do Sistema Tributário, Orçamentário e Finanças, não houve muita disputa, ficando o Francisco Dornelles¹³ na presidência e Serra na relatoria; a Subcomissão do Judiciário teve como relator Plínio de Arruda Sampaio; ¹⁴ e o relator da Comissão Temática da Organização dos Poderes e Sistema de Governo era da nossa área: Egydio Ferreira Lima. ¹⁵ O então Ministro da Saúde Carlos Sant'Anna, ¹⁶ que depois viria a ser o líder do governo, foi também uma figura importante, em razão das alianças pontuais que fazia conosco. Fizemos, por exemplo, uma aliança com ele viabilizar o Sistema Único de Saúde. Já em outras questões, ele era o líder do governo Sarney, então não tinha aliança. Foi esse o movimento, foi essa a engenharia política que montamos.

Quando elaboramos o texto e vieram os relatórios das Comissões Temáticas – cada Título previsto para a Constituição era relativo a uma Comissão Temática - , compusemos na Comissão de Sistematização o primeiro Projeto de Constituição. Nós, progressistas, tínhamos maioria na Comissão de Sistematização. Mas não tínhamos maioria no Plenário da Constituinte. Pelo Regimento, prevalecia o que a Comissão de Sistematização votasse, e, para tirar qualquer item do seu Projeto, havia necessidade de se ter maioria absoluta. Já saíamos, então, com uma grande vantagem. Foi daí que veio o choque, o confronto entre as forças políticas, levando à formação do *Centrão*.

E aí eles se articularam pesado: como tinham maioria no Plenário, partiram para mudar o Regimento Interno -- porque não era possível apresentar emenda ao Projeto de Constituição na Comissão de Sistematização. Eles então mudaram o Regimento da Constituinte e apresentaram um projeto alternativo ao projeto da

Comissão de Sistematização. Passamos, então, a ter dois Projetos de Constituição: um projeto vindo das Comissões Temáticas, costurado na Comissão de Sistematização, e outro, que apareceu no Plenário da Constituinte apresentado pelo *Centrão*. Instalou-se o confronto. Foi nesse confronto que surgiu essa figura que até hoje se ouve falar de vez em quando na televisão: o Destaque para Votação em Separado (DVS).

É preciso notar que os conservadores se concentraram mais em alguns pontos específicos. Isso facilitou para nós, é bom deixar claro. Quais eram os problemas para eles? Era a Ordem Econômica, era a questão da reforma agrária. Eles se concentraram muito nisso -- além da pauta com os militares. E também se envolveram bastante com o mandato do Sarney. Nesses temas, eles fizeram um bloco, um rolo compressor. Por exemplo, teve um momento em que tentamos negociar um acordo com o capital estrangeiro. Queríamos ganhar a questão da reforma agrária, e isso foi um baque radical em Plenário. Edison Lobão 17 era um dos líderes lá da turma, Ronaldo Caiado¹⁸ pressionava no Plenário. Na Subcomissão, 19 nós perdemos por um voto e fomos para o Plenário; mas perdemos no Plenário também. E aí o que aconteceu? Nós propusemos um acordo ao capital estrangeiro - porque havia lá um lobby das empresas estrangeiras - nos seguintes termos: "Vocês se separam da UDR na questão da reforma agrária e nós flexibilizamos a participação do capital estrangeiro na empresa nacional, na mineração etc.". Nessa articulação, o nosso interlocutor foi o Vladimir Palmeira, ²⁰ já que era ele o coordenador do PT na Ordem Econômica. Mas eles fecharam um acordo com o Centrão que valia para a Ordem Econômica como um todo: capital estrangeiro, reforma agrária, mineração. Era um acordo fechado, não tinha jeito. Tentamos furar e não conseguimos.

CENTRÃO: ARREMETIDA E CONTRAMEDIDAS

Penso que, num primeiro momento, o Zé Lourenço cedeu demais no acordo com Mário Covas, e, quando ele percebeu, foi articular a formação do *Centrão*. Para mim, foi um erro de cálculo. Além de Lourenço, o projeto do *Centrão* foi feito pelo Roberto Campos,²¹ Roberto Cardoso Alves,²² que era ligado à UDR, Luis Eduardo Magalhães²³ e pelo Gastone Righi.²⁴ Toda a área empresarial se articulou por meios desses constituintes. E aí o PMDB rachou. Foi o primeiro racha do partido na Constituinte.

Desse confronto, nós caímos num impasse, e era Ulysses²⁵ quem fazia a mediação. Porque chegamos a um ponto em que realmente poderia não ter saído Constituição alguma: eles fizeram um outro Projeto de Constituição, mudaram o Regimento Interno e entraram direto no Plenário. Quando fizeram isto, quiseram apresentar uma mudança no Regimento Interno que não tinha originalmente esse feitio. Toda a lógica do Regimento Interno era a seguinte: as emendas ingressavam por ordem de entrada. Por isso, às vezes eu dormia na própria Câmara dos Deputados, para estar na fila às 8h00 e ser o primeiro a entregar a emenda. Aí eu entregava três emendas sobre o mesmo assunto: uma emenda radical, outra moderada e, finalmente, a mediada. Eu fazia um festival de emendas! A bancada do PT era pequena, tinha apenas 16 deputados. Como era por ordem de entrada, não adiantava o PMDB entrar com emenda: a minha tinha preferência, porque tinha sido apresentada em primeiro lugar. Colocávamos as emendas populares na frente, pois tínhamos uma aliança com os movimentos sociais para poder ir ao debate.

Chico Whitaker²⁶ era um dos coordenadores desses movimentos, mas havia vários deles com impulso próprio. Por exemplo, os índios. O debate atual sobre a terra indígena começou lá na Constituinte, porque nós incorporamos a pauta da reivindicação dos indígenas. Tinha o movimento das mulheres e as demandas

dos direitos das mulheres: a questão do aborto veio por meio de emenda de iniciativa popular. E nós então apresentávamos essas emendas na Constituinte; era tudo sumamente democrático. Nosso planejamento era basicamente o seguinte: discutíamos as emendas com o relator da Subcomissão; aquilo que a Comissão Temática não incorporasse podia ser reapresentado sob forma de DVS. Com isso, a gente ia conduzindo um modelo de Constituição que fizesse uma espécie de ruptura com a ordem vigente.

Só que nós não avaliamos que o *Centrão* tinha maioria na Constituinte. Veio então a UDR, vieram os meios de comunicação, que se colocaram todos contra nós. A relatora do capítulo da Comunicação era Cristina Tavares, e o Conselho de Comunicação já estava lá, nas discussões e propostas na Subcomissão de Ciência e Tecnologia.²⁷ Esse modelo tripartite que atualmente temos foi uma guerra; o pessoal hoje não se lembra... Por exemplo, foi na porrada que hoje podemos dizer que a comunicação no Brasil pode ser privada, pública ou estatal. Não foi brincadeira. O debate sobre a reforma agrária teve tiro no Plenário: puxaram revólver, quebraram microfone. Foi um processo no limite, no tensionamento. Porque a gente achava que podia avançar e que depois eles não teriam maioria para tirar. Só que eles articularam a maioria do Centrão com os meios de comunicação, com o pessoal da UDR, com o grande empresariado, com as mineradoras, com as multinacionais pesadas – por causa do corte nacionalista na Ordem Econômica. Aí não teve jeito, e ficamos em minoria. Mas, regimentalmente, para se tirar alguma coisa do Projeto - seja o nosso, da Sistematização, seja o deles, do *Centrão* -- precisava ter um certo montante de assinaturas – correspondente, na época, a 176 deputados. Isso eles tinham. Mas nós também. E falamos o seguinte: "Para tirar coisa do projeto de vocês, precisa 176 votos. Isso nós temos. Então vamos jogar o jogo". Eles aprovaram o Projeto de Constituição deles e nós fomos para uma tática de guerrilha, que consistia em fazer destaque daquilo que era pior – porque, quando você faz o DVS, você tira do texto; para retornar é que precisava ter maioria. Aí a gente entrou numa intensa negociação com os líderes do *Centrão* para botar as partes do texto que havíamos destacado.

NÓS E ELES: EMBATES, EMPATES, NEGOCIAÇÕES

Esse processo foi muito rico do ponto de vista do tensionamento permanente. Em alguns pontos, o tensionamento chegou ao limite: a questão da reforma agrária foi muito tensa, e perdemos por um único voto. Na Subcomissão de Comunicação, eles derrubaram o relatório da Cristina Tavares, e tivemos que negociar assim, sem nenhuma matéria pré-aprovada. Houve caso em que havia dois relatórios na Comissão Temática: um que era combinado entre nós e outro para negociarmos com o outro lado. Quando eles não aceitavam nenhum dos dois, aí era jogo bruto. Não dava, íamos para o Plenário sem relatório e se negociava na mesa do Ulysses um novo relatório.

Os direitos e garantias individuais – tema em que havia coisas extremamente positivas no relatório da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – também foi, digamos assim, fatiado. E depois nós o negociamos em Plenário. O relatório da Subcomissão da Organização dos Poderes – que envolve a questão do papel do Congresso Nacional e do Poder Executivo – deu uma confusão geral, por causa do problema do mandato dos cinco anos e do sistema de governo. Esse foi um dos obstáculos a impedir que se fizesse a reforma política na Constituinte. Como a questão do tempo do mandato presidencial tomou o debate por inteiro e o polarizou, a discussão sobre sistema de governo – parlamentarismo ou presidencialismo – foi para escanteio, acabou secundarizada.

Vale registrar ainda outros tensionamentos bem pesados. A primeira foi na questão do crime de tortura e terrorismo -- porque, no capítulo dos direitos

individuais, nós separamos o crime de tortura do terrorismo e do tráfico de drogas. E defendíamos que a tortura fosse um crime imprescritível. Isso foi um embate muito radical. Nós perdemos no voto nominal, e eles botaram tudo junto. Tanto que, no artigo dos direitos individuais, as questões da tortura, do terrorismo e do tráfico de drogas são tratadas no mesmo capítulo. Foi aí que nós conseguimos introduzir o *habeas data*.

Outro tema que foi muito radicalizado foi sobre o poder da censura – memória que hoje a mídia esconde! Havia três emendas sobre o assunto: uma abolia a censura, e foi a única que acabou passando; a outra estabelecia uma censura classificatória, com indicação: tinha censura com horários. A mídia até topava essa, mas nós os derrotamos. E tinha ainda outra emenda, feita pela direita, que restabelecia a censura.

Uma outra questão que pegou muito forte foi o tema da anistia, antes mesmo de entrar na questão das FFAA, porque rebatia nos militares. Pretendíamos fazer a ampliação da legislação da anistia. Quando se entrou nessa discussão, houve um racha, e nós perdemos. Foi o primeiro confronto que nós tivemos com Mário Covas, porque ele sempre firmava uma aliança conosco. Nessa aí, rompemos; saiu um pau feio no Plenário. Queríamos ampliar a anistia, o que só acabaria acontecendo muito depois. Tudo isso que está acontecendo hoje em dia – incluindo as indenizações – tentamos prever na Constituinte. Mas não conseguimos.

Um outro embate que envolveu parcialmente os militares foi o prazo dos arquivos dos documentos secretos. Nós adotamos uma emenda, que foi apresentada pelo Pimenta da Veiga,²⁸ em aliança com o PT, que era o modelo americano: após trinta anos, deixa de existir documento secreto. Isso ensejou um embate muito radicalizado. Perdemos novamente.

O Destaque de Votação em Separado (DVS) foi basicamente uma criação nossa, do campo progressista, que era o seguinte: o que estava no projeto global podia ser retirado previamente sem maioria absoluta -- desde que tivesse 1/3 de assinaturas dos constituintes. Aí, o que nós fizemos? Quando eles derrotaram o Projeto de Constituição feito na Comissão de Sistematização e ganhou o Projeto do *Centrão*, nós coletamos dezenas de listas de assinaturas prévias nas quais só faltava colocar o artigo. De modo que, quando o Projeto de Constituição do *Centrão* foi ao Plenário, ele já estava todo fatiado. Alguns exemplos: a jornada de trabalho de 40 ou de 44 horas (no Projeto do *Centrão*, era de 40 horas) e no debate sobre a licença-maternidade. Fomos pegando pontos em que era mais difícil a unidade entre eles. Como a gente queria retirar propostas do *Centrão*, o DVS era interessante para nós: com 1/3 de votos nós retirávamos do texto, e isto nós tínhamos, isso não era problema. O que não tínhamos era maioria absoluta. Então a gente ia para um empate. E, no empate, vinha a negociação.

Quando nós percebemos que algumas coisas não avançaram – que nem nós nem eles teríamos maioria –, essas questões foram remetidas para a lei infraconstitucional. Hoje, critica-se essa solução de uma forma despolitizada, sem conhecimento do processo – como se as muitas coisas ainda não regulamentadas fossem um problema técnico, um problema de preguiça do Congresso Nacional. É a maior bobagem dizer isso. É porque houve um empate na Constituinte. E então o texto ficava com a expressão "na forma da lei"... Por exemplo: na parte relativa à Comunicação, se diz que "O sistema [de comunicação] é público, privado, estatal, na forma da lei"..²⁹ Não tinha como deixar de incluir essa definição de modo vago, porque, se fôssemos explicitar, nós, progressistas, perderíamos. A união estável, as terras indígenas, a jornada de trabalho, e por aí vai, são outros temas importantes e que ficaram inconclusos. Não é preguiça do Congresso, é correlação de forças. De modo que nós remetíamos os "empates" para lei infraconstitucional -- com problemas, até

hoje, para a sua regulamentação. E muitas vezes a mídia faz uma avaliação mesquinha, prosaica, não entende o que estava em disputa.

Notem que, quando começamos a regulamentar a Constituição de 88, avançamos muito: tivemos o Código de Defesa ao Consumidor, o Sistema Único de Saúde, a Lei Orgânica da Assistência Social, a Emenda 69 -- que foi a que nós avançamos com o papel das Forças Armadas. Fui, inclusive, o relator, e fiz uma aliança com o Mario César Flores, que era Ministro da Marinha do governo Collor. E melhoramos. Deixo claro que muitas das críticas que se faz a respeito da constituinte e da Constituição são visões ahistóricas e despolitizadas. O mais ridículo é dizer "a Constituição não é regulamentada porque os deputados não trabalham". Não é nada disso. É porque não se consegue montar uma maioria.

AS PROPOSTAS SOBRE AS FORÇAS ARMADAS

O que aconteceu especificamente com a questão do papel dos militares? A Comissão Afonso Arinos³⁰ elaborou um anteprojeto da Constituição e nós – com certa estreiteza política, e a prova disso foi o projeto de Constituição do PT – apresentamos direto nosso próprio projeto de Constituição, não reconhecendo o Anteprojeto Arinos. Com base naquela nossa discussão do Poder Constituinte originário, não aceitávamos ter o Anteprojeto Arinos como molde para a Constituição. Acho que isso foi uma visão estreita, porque, do ponto de vista democrático, o Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos era mais avançado do que aquilo que acabou ficando na Constituição. Mas nós nos negávamos a considerar esse anteprojeto.

Depois, houve o "Grupo dos 28", que era coordenado pelo José Richa³¹ e pela Sandra Cavalcanti³² e que foi o germe do *Centrão*. Nós detonamos os 28! Quando veio o projeto dos militares, as disputas eram pontuais. Quando é que os debates aconteceram de maneira macro? Pegaram lá o projeto da Comissão

Afonso Arinos. Sobre este anteprojeto, tinha um militar que até hoje está escrevendo no *Estadão* – Mário César Flores, que era chefe de Estado-Maior das Forças Armadas – que tinha uma visão democrática em relação ao papel das Forças Armadas e disputava com o General Leônidas Pires, Ministro do Exército. Nós, do PT, pegamos a proposta sobre o papel das Forças Armadas feita pela Comissão Afonso Arinos e fizemos uma emenda extremamente radical: as Forças Armadas cuidariam somente da defesa externa, e ponto – exatamente como estava no Anteprojeto Arinos. Eu me lembro que havia propostas mais extremadas, como a de um deputado petista, defendendo que, para serem nomeados, os generais tinham de ser eleitos!

Tivemos então uma ampla negociação com o Fiúza, na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança,34 e depois com o Jarbas Passarinho, na Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições.³⁵ Mas perdemos em todas as propostas que apresentamos. Em todas! O relatório dessa Comissão já veio articulado com os militares na questão do Estado de Defesa, do Estado de Sítio, do papel das Forças Armadas e da concepção de segurança pública. Na questão do papel das Forças Armadas, que era o foco do artigo 142, nós trabalhávamos contra duas palavras: lei e ordem, que é conceito da Doutrina de Segurança Nacional. Queríamos suprimir as duas e fizemos a seguinte formulação: "As Forças Armadas cuidam da defesa da soberania, das fronteiras e da ordem constitucional". E ponto. Veja que essa era basicamente a formulação do Anteprojeto Arinos. E nós conseguimos aprovar isso na Comissão de Sistematização, na qual tínhamos maioria. Nós havíamos colocado o texto numa reunião com o Bernardo Cabral – que, com o tempo, descobrimos que era mais maleável; ele não tinha uma concepção de Constituição. No texto, quem chegasse por último levava. E a gente sabia das movimentações com o Cabral. Como eu vivia no Congresso 24 horas por dia, não saía de lá, não tinha fim de semana nem nada, descobrimos com quem ele se

reunia e o local em que se reuniam; descobrimos tudo. E nós fomos lá, com Haroldo Lima, ³⁶ com Vivaldo Barbosa ³⁷ e com Nelson Jobim. Jobim já estava se credenciando para ser o líder do PMDB, que depois emplacaria com a saída do Covas para a fundação do PSDB. Jobim fazia uma ponte conosco e sabíamos das coisas por ele, que nos disse: "Olha, vamos fechar o capítulo das Forças Armadas. Vocês insistem, mas eu não tenho nada a ver com isso. Entrem lá na sala". Nós entramos; estavam lá o Bernardo Cabral, Fernando Henrique, Jobim e Fogaça. Chegamos e falamos: "Está aqui a proposta da Comissão Afonso Arinos. Nós já perdemos para o Centrão e vamos perder de novo, de modo que vamos impor obstrução". Ulysses Guimarães tinha pavor de que se falasse em obstrução, porque isso paralisava a Constituinte. "Tem que incluir essa formulação, tirar 'lei' e 'ordem' e incluir 'poderes constitucionais'; do contrário, faremos obstrução". Naquela discussão, Bernardo Cabral disse: "Eu não posso ser contra porque isso já está no meu Projeto". Fernando Henrique alertou: "Vai dar rolo. Vocês falaram com o Sarney, falaram com os militares?". Respondemos que não era para falar, que teria de incluir agora, naquela hora. E a emenda era dele, FHC; havia essa vantagem. Entre uma emenda apresentada por ele e uma emenda assinada pelo PT, falamos: "Vai a tua". A emenda dele tinha tirado "lei" e "ordem", enquanto a minha era para os militares ficaram só com a defesa externa, e ponto; ordem constitucional, não. Nós havíamos interpretado que 'lei e ordem' significavam 'os poderes constituídos'. E incluímos uma frase, que foi negociada, para defender os poderes constituídos, de modo que a 'lei e a ordem' teriam de ser invocadas por um dos três Poderes da República, para então poder convocar as Forças Armadas. Cabral aceitou. Estávamos na sala, o Projeto de Constituição vinha para ser impresso e ele incluiu na boca da impressão. O Relator-Geral tinha um poder muito grande: ele aceitava e pronto; depois, era preciso ter maioria para tirar.

Foi esse episódio, o do artigo 142 da Constituição. Então deu naquela espécie de crise militar, em que os militares fizeram uma declaração de que isso era inaceitável, ameaçaram etc. Mas Ulysses reuniu os três ministros militares e se manifestou explicitamente. Quando tiramos as palavras 'lei e ordem', isso constou no relatório do Cabral. O General Leônidas chamou uma entrevista coletiva e disse: "É inaceitável para as Forças Armadas retirar 'lei' e 'ordem'". Falou isso com todas as letras, e aí voltaram "lei" e "ordem" ao texto do Projeto do Cabral -- essas duas palavrinhas que até hoje dão tanta confusão... Depois nós perdemos de novo na votação em Plenário, porque aí foi a voto para manter a inclusão de 'lei e ordem'.

O JOGO DAS FFAA

O General Leônidas era o principal articulador das Forças Armadas na Constituinte. Primeiro, porque ele era um Ministro do Exército muito forte. Segundo, porque Sarney lhe dava plenos poderes. Não eram os ministros da Marinha e nem o da Aeronáutica: era ele, Leônidas, quem fazia a articulação com os deputados. E ele tinha sido também o avalista da chamada *transição negociada*, a transição com Tancredo e Sarney, e tinha uma boa relação com Fernando Henrique Cardoso. Leônidas conduziu o processo, nos derrotando no Plenário -- no artigo 142 e também na anistia, no conceito de tortura, assim como na minha proposta da criação do Ministério da Defesa.

Como eles agiram? Primeiro, tinham dois quadros ideológicos, que tinham vindo da ARENA e que estavam na Comissão Temática: Fiúza e Jarbas Passarinho. Segundo, os quadros do PMDB que depois se destacaram não foram para essa Comissão. Quem, então, estava na Comissão do Capítulo V? Eram os quadros da direita, quadros ideológicos -- e lá estava eu. Mas nós não tínhamos nem peso nem representação para fazer um relatório alternativo. O negócio então era fazer emenda no que eles propunham, porque esse era um tema mais

ou menos pactuado, que vinha da época da transição política. E, nesse pacto que vinha da transição, era para não mexer na anistia, nem também na questão da tortura ou na questão do papel das Forças Armadas. Toda essa agenda estava pactuada com o comando da Constituinte, e por isso não sofreu alterações. Nós fomos derrotados: éramos apenas dois-três votos contra o rolo compressor. Nas outras Comissões, não; era meio a meio, porque tinha embate.

Fui para essa Comissão porque dividiram a bancada do PT: Plínio de Arruda Sampaio foi para questão do Judiciário, que era a carreira dele; Vladimir Palmeira, para Ordem Econômica, porque ele era economista; os sindicalistas foram para a Ordem Social e para os direitos individuais; e Lula, que era o líder, disse: "Nesse negócio aqui das Forças Armadas, alguém tem que ir". Falei: "Eu vou. Não é lá muito bom, porque já que eu já tenho um estigma, mas vou...". "Como não tem ninguém, vai você para lá", foi a resposta do Lula, e assim fui eu. Isso me permitiu conhecer o assunto, fazer interlocução, diálogo com eles. E, tempos depois, eu fui me ocupei da regulamentação da Emenda 69, sobre lei complementar.³⁸

O governo Sarney era o avalista do acordo com os militares. Tanto que o governo e os interlocutores do governo não faziam nada que os contrariasse. Eles não faziam pressão da maneira como fazem hoje, de forma indireta. Em determinada medida, eles iam diretamente até lá, na Constituinte; a conversa não era por cima. Tinha um general que seguia diariamente os trabalhos da ANC, era um sujeito muito competente. Os militares botaram os melhores quadros deles para acompanharem a Constituinte: quadros técnicos, gente preparados, estudados; não era daqueles tipos que foram para a Comissão da Anistia. Eles perceberam esse movimento, então faziam o movimento através do governo, do Palácio do Planalto, do Sarney, e acompanhavam tecnicamente todo o processo

da Constituinte para nada ficar sem controle: a Lei da Anistia, a questão da tortura etc.

Leônidas era o fiador mas também o limitador -- uma espécie de Góes Monteiro³⁹ do Exército da época. Ele dizia: "Isso aqui não dá". Leônidas tinha liderança, e não falava só pelo Exército mas pelas Forças Armadas. Acho que a Marinha fez uma transição muito mais avançada e democrática. Se Lula tivesse vencido Collor, os ministros militares do seu governo teriam sido exatamente os mesmos. Nós fazíamos o levantamento daqueles ministros – eu vivi esse episódio –através de um jornal chamado *Relatório Reservado*. ⁴⁰ E os nomes dos militares com que nós tínhamos contato – os que aceitavam a transição democrática e tinham respeito pelas eleições – eram, por exemplo, Mario César Flores, no Ministério da Marinha, pelo papel de comando que exercia. A Marinha não tem a força do Exército, mas, na elaboração e na negociação, teve um papel fundamental, tanto no respeito ao resultado da eleição de 1989 como depois, como ministro do Collor, no episódio do *impeachment*. O almirante Flores tinha liderança, tinha uma elaboração democrática. Tanto que ele foi membro da Comissão Afonso Arinos.

De todo modo, eu não diria que todo o processo constituinte foi tutelado pelos militares. Em algumas áreas, sim. Na questão da organização do Estado, nesses temas do período da ditadura, eles tutelaram. Mas não em toda a Constituinte. Na Ordem Econômica, eu não vi tutela nenhuma da parte das FFAA. Sobre a parte social, eles não estavam nem aí. Uma vez, um dos militares falou para mim: "Essa elite que vocês chamam de burguesia usa a gente e depois transfere o desgaste só para nós". Agora, na organização do Estado, no papel das Forças Armadas, segurança pública e nesses temas que citei – anistia, punição à prática da tortura etc. –, eles tutelaram, sim.

DOUTOR ULYSSES

Num primeiro momento, Ulysses ficou meio escanteado em nossas relações na Constituinte. Nós o chamávamos de tripresidente, porque ele era o presidente da Câmara dos Deputados, presidente do PMDB e o presidente da Constituinte – além de vice-presidente da República, depois da morte do Tancredo.

Diziam que ele era o Ramsés, o todo-poderoso. Mas ele arbitrava, não entrava no mérito. Quem entrava no mérito era o Covas, que se articulou com os progressistas do PMDB e com o PT. Tínhamos uma relação muito próxima com ele; Covas nos chamava para as reuniões e falava: "Nesta, não chuta o pau da barraca não, que não dá. Nessa outra aqui, pode chutar que eu seguro". Combinava tudo com o Lula, com o Plínio, e então fazíamos esse movimento.

Ulysses sabia de tudo: quem era o líder formal, quem era o líder informal, quem era o sujeito que criava problemas... Tinha uma vivência política fora do normal. E ele não ostentava o poder, tinha uma vida simples. Sua casa, por exemplo, parecia uma república de estudantes. Ia aos restaurantes e não tinha pompa, não tinha segurança. Uma vez fizemos uma brincadeira de mau gosto, e ele não entendeu. Mas não perdeu o rebolado. Quando a Constituinte estava num impasse, quando então surgiu a expressão "baixo clero", 41 veio um movimento de protesto contra Ulysses. O pessoal tinha ódio dele, porque era o Ramsés, o tripresidente. Tinha um deputado do Paraná, muito brincalhão, 42 que falou: "Rapaz, eu vou complicar a vida do Ulysses". Sem Ulysses saber, pegou cem cartões da Presidência (não tinha computador nessa época), fez um convite e enviou aos gabinetes dos parlamentares, chamando o deputado e sua esposa para uma solenidade na residência oficial. Aí a turma foi, com mulher e família. E o Fruet ficou atrás de uma moita, no carro dele, para telefonar e mandar levar pizza e guaraná. E fez isso! A turma chegando e Ulysses fala para d. Mora: "Ué, você chamou reunião?". "Não, não tem nada, não sei o que é isso", diz ela. E as pessoas iam chegando, com mulheres de vestido longo. Aí o Fruet pega e fala: "Manda uma kombizinha com pizza e guaraná". No outro dia, estava um rolo: "Esse velho chama a gente para uma reunião e oferece pizza e guaraná! Não tinha nem banquete!". E Ulysses tomava esse tipo de coisa normalmente. Ele era muito esse tipo, sabia conviver...

Antes da Constituinte, houve um outro episódio com ele que mostra bem a sua personalidade política. Quando Sarney foi empossado, em 1985, eu peguei um jornal que divulgara a lista dos torturadores e pedi a transcrição daquela lista, que era uma maneira de oficializar o nome desses torturadores. A grande imprensa, que hoje fala bastante do tema, naquela época não queria falar. Bem, pedi a transcrição da lista e fui embora. Deu um rebu danado. Quatro horas depois, tinham publicado a lista no DCN.43 Ulysses me chamou e disse: "Que confusão é essa que você aprontou?". Respondi: "Aprontei confusão mesmo, doutor Ulysses, pedi a transcrição da lista". Ele disse: "Olha, o negócio é feio, você cutucou a onça com a vara curta, e a direita quer a sua cabeça. Podem cassar seu mandato, porque o documento é ilegal. Você está fazendo uma denúncia sem comprovação, e eles podem cassar seu mandato, além de não publicarem a lista". Respondi: "Está bom, como é que a gente vai fazer?". Ele falou: "É o seguinte: primeiro vai falar o Pimenta da Veiga, rebatendo você. Ele vai te criticar; aí você rebate, mas abaixa o tom. Depois vai falar o seu excompanheiro de partido, que foi advogado de preso político, o Airton Soares,44 defendendo os presos políticos mas contra o revanchismo. E então você volta a falar. Agora, duas coisas: eu não vou deixar a direita falar, porque a direita quer te incendiar, e vou cortar a palavra. Mas você não pede a transcrição da lista. E aí a gente encerra a sessão". Aí eu disse: "E a lista, doutor Ulysses?". "Espera!". Vinte dias depois, a lista estava lá no DCN! Quer dizer: quando ele entrava, já tinha o roteiro pronto.

Outro episódio: me lembro que, quando a Constituinte foi instalada – e tenho um quadro comigo sobre esse momento, no meu gabinete, até hoje -, o PT estava naquela visão de questionar o Congresso Constituinte. A Constituinte foi instalada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Moreira Alves, 45 que vinha da ditadura. No grito, fiz uma questão de ordem questionando Moreira Alves: que os partidos da direita falassem, e não o presidente do Supremo. Isso se deu numa sessão solene – com a presença de embaixadores, militares e outras autoridades –, e foi um rebu danado! No meio daquela confusão toda, Ulysses me mandou um bilhetinho: "Deputado Genoíno, eu me manifestei ao ministro Moreira Alves que você tem razão". Guardei o bilhete e botei num quadro, que está lá pendurado até hoje, assinado por ele. Ele era bem desse tipo: entrava no momento preciso. Quando ele percebia que a situação exigia, ele aparecia. Ele não entrava no rame-rame; deixava rolar. Não estava nem aí. Mas acho que ele, por exemplo, entrou errado na questão do mandato presidencial. Nós faríamos um acordo por cinco anos de mandato com um sistema parlamentarista. E dava! Mas o problema dele era derrotar Sarney, então eu acho que ele errou nesse cálculo. E também o PT não ia aceitar negociar quatro anos. Se negociássemos cinco anos, incluiríamos o parlamentarismo para ter reforma política. Mas o problema do mandato virou o centro da disputa política.

Ulysses foi o condutor da Constituinte. Sem ele, a Constituição não sairia. Sabia a hora de entrar. Deixava a coisa esquentar, radicalizar, e entrava no momento certo. Por exemplo: ele deixou o PMDB nas mãos de Covas: a bancada do PMDB era do Covas. Mas Ulysses fazia o pêndulo, e na questão dos militares fechou uma aliança com o *Centrão* para nos derrotar. Quando ele viu que íamos para o empate, disse: "Agora eu entro". E entrou com a tal emenda do *Centrão*. Ele nos disse: "Olha, pessoal, nós não temos maioria para aprovar o Projeto feito pela Sistematização. Então não dá. Eu não posso deixar a Constituinte inviabilizada. Vocês não têm a maioria mas o *Centrão* tem: estão aqui as

assinaturas". Eram mais de 257 nomes! Nós então fizemos um tensionamento contra ele e brigamos -- porque Ulysses facilitou a tramitação das propostas do *Centrão*. Logo quando começávamos a votar essas emendas, ele vem e faz uma dessas conosco. E aliança com ele tinha sido feita no momento da declaração que fez sobre os "três patetas"...⁴⁶ Mas, ao mesmo tempo, ele chegava pra gente e dizia: "Também não vou arrebentar".

Ulysses fez esse jogo. Ele era bem esse tipo. Por exemplo, no processo de *impeachment* de Collor, ele teve uma disputa que lhe fez entrar em desgraça política, e ele não tinha mais força no PMDB. No *impeachment*, ele resolveu entrar na campanha. Quando o parecer do *impeachment* foi votado na Comissão de Justiça — eu era membro dessa Comissão — o relator foi o Nelson Jobim. Ulysses tinha tido uma disputa com o Jobim e com outros que assumiram a liderança do PMDB, quando ele foi escanteado. Ele então chegou para mim e falou: "Você não é amigo do Jobim e dos outros? É o seguinte: o Jobim está fazendo o relatório do *impeachment*. Vai para lá, ajude-o a noite inteira, vocês são amigos. Você fica olhando, qualquer coisa você me dá um toque". Ele não tinha 100% de segurança de que o Jobim iria pedir a cassação... Ulysses pegava os detalhes. É uma figura que foi uma referência do parlamento. Por isso ele teve esse papel muito importante na Constituinte.

E ele sabia fazer o giro. Houve risco com os militares naquele período do final da votação do 1°. turno, no caso do famoso capítulo do artigo 142. Teve risco no episódio da disputa sobre a anistia, porque neste caso os militares estavam lá; não os chefes militares – porque esses atuavam por cima, junto ao governo –, mas a base militar estava lá, na Constituinte. O pessoal mais ligado aos militares fez um tensionamento muito grande no Plenário. O governo Sarney estava muito enfraquecido, porque o Plano Cruzado tinha ido para o beleléu, era fim de mandato. E vinha a eleição de 1989. Foi uma eleição totalmente aberta. Os

grandes esquemas de poder e mesmo os grandes partidos foram derrotados. De modo que houve, sim, risco político, porque tinha um descontentamento e um temor de que aquele processo desencadeasse uma espécie de ruptura democrática. Nesse ponto, Ulysses foi muito importante. Aquela declaração dele ficou famosa, e antes ele conversou conosco: "Olha, tem problema, tem risco, nós temos que promulgar". Quando a gente começou a segurar os trabalhos e a demorar muito a votar, ele chamou a nossa atenção: "Não dá pra gente ficar com essa Constituinte em aberto aqui. O governo está fraco. Constituinte incompleta a gente não promulga, e tem a eleição municipal de 1988, tem a eleição presidencial de 1989. Esse negócio não dá para ficar aberto assim". O país estava numa fragilidade econômica muito grande, porque o Plano Cruzado não tinha dado certo. A conjuntura estava no limite. De certa maneira, Ulysses era uma espécie de avalista do processo constituinte. Como ele já não estava influenciando tanto o governo — lembrem que Sarney o culpava, politicamente, de tutelar o governo —, a situação era, no meu modo de entender, delicada.

E mais: acho que foi importante o papel político do Ulysses como moderador. Ele foi importante nessa crise? Foi. Como ele foi importante, eu nunca esqueço disso, antes da Constituinte, na noite em que o Tancredo se internou. Tinha gente que queria Ulysses na Presidência da República. Isso ele nos disse. Ele era daquela figura que dizia "Se vier, é bom", mas não se colocava na frente. Ele achava que ia ser Presidente da República, era a grande aspiração dele. Mas, nos grandes momentos de crise, nunca colocou a carreira pessoal na frente. Nem na posse do Sarney, nem quando a Constituinte esteve em crise, nem quando ele ficou lá perambulando pelo Congresso Nacional. Cheguei e lhe disse: "Dr. Ulysses, você está sozinho". E essa foi a lição que aprendi com sua resposta: "Você está começando a aparecer, cuidado. Isso aqui é uma gangorra, a gente sobe e cai com facilidade". Ficamos muito amigos. Ele andava com os papeizinhos no bolso antes das votações, tinha uma memória fantástica. Ele não

era um líder de massas, das multidões, da paixão e do sentimento e de arrebatar corações e mentes. Mas ele entrava na hora certa como moderador. E botava o parlamento para funcionar.

DIREITA, ESQUERDA E OUTRAS CLIVAGENS

A Constituinte foi uma oportunidade ímpar de aliança da esquerda com os movimentos sociais, que vinham com muita força. Isso porque uma das características centrais da transição democrática no Brasil é que havia a vertente institucional-partidária e a vertente social. E a vertente social esteve muito forte na Constituinte, com os sindicatos e os movimentos populares.

Do outro lado, a direita também tinha projeto, sim. A direita queria fazer uma Constituição que não tivesse ruptura na ordem política e na ordem econômica. Tanto que aceitou algumas coisas que não significavam ruptura. Por exemplo, ela aceitou certas formulações que vinham da Constituição de 1967. A direita não tinha um projeto, digamos assim, de contorno neoliberal: não tinha um projeto de integração internacional, como mais tarde teria. Nem um projeto de ir pra cima dos direitos sociais. A preocupação dela era manter a Ordem Econômica sem grandes abalos, porque isso vinha da transição política pactuada. E tinham alguns interesses estratégicos específicos, como na questão agrária, na mineração etc.

A direita não tinha uma visão de desregulamentação econômica. Tanto que aceitou a regulamentação que colocamos no texto. Quer dizer, nenhum de nós tinha a visão estratégica de que viria uma desregulamentação econômica avassaladora. No Brasil, nem a esquerda nem a direita pressentiram isso. Mas acho que a questão ideológica, a discussão sobre direita e esquerda, não explica todos os embates que a gente viveu na Constituinte. Se considerarmos o conceito de esquerda e direita, nós éramos a minoria da minoria. Não teve o

discurso ideológico esquerda-direita; isso era pano de fundo de algumas questões. O que havia eram muitas alianças pontuais. Na questão da mineração, fizemos uma aliança com o setor empresarial -- isto é público -- que depois foi mudada; idem no conceito de empresa nacional e na questão do papel das empresas estatais. É bom lembrar que na Constituinte tinha pressão dos movimentos sociais mas houve também uma presença intensa de muitas corporações, com *lobbies* muito pesados: o *lobby* dos juízes, o *lobby* das mineradoras, o *lobby* da PM etc.

E tinha também o corporativismo, que veio muito forte, e que era igualmente pontual. Por exemplo: nós, da esquerda, pagamos um preço político alto pela estabilidade para o funcionalismo público aos cinco anos sem ter nada a ver com isso. Porque, no limite, nós queríamos a estabilidade sem concurso somente após dez anos no emprego. A questão da estabilidade com cinco anos entrou na Constituinte no âmbito das Disposições Transitórias por um fato peculiar: exgovernadores que foram derrotados em 1986 tinham ligações com os constituintes e diziam que "Os novos governadores eleitos vão fazer uma limpa nos estados". Por isso, insistiram nos cinco anos para obter a estabilidade e creditaram a conta à esquerda -- como se tivesse sido a esquerda a defender os cinco anos. De nossa parte, topávamos dez anos, e os movimentos sociais também. Decidiu-se por cinco anos porque pegava desde o período em que os governadores da ARENA tinham governado até 1986, quando o PMDB ganhou as eleições na esmagadora maioria dos estados.

Acho que a esquerda teve sensibilidade para saber mais ou menos o seguinte: "Com a visão que entrei aqui, não ganho. Então vamos fazer ganhos pontuais e negociações pontuais. E vamos fazer uma aliança com o centro". Nós fizemos uma aliança ao centro. Claramente. Nesse ponto, faço questão de registrar o papel do Mário Covas, do Jobim, que foram muito importantes. Do Fernando

Henrique Cardoso, numa outra dimensão, que foi muito importante para as alianças que nós fizemos a partir do PT. O PT não tinha muito deputado mas tínhamos muita força e legitimidade, o que facilitou muito essas alianças. Acho que a esquerda não tem condições de ser maioria sozinha, de disputar isoladamente um processo político.

A CONSTITUINTE, UM "CURSO DE CONCILIAÇÃO"

Na minha primeira eleição para deputado federal, em 1982, tive 58 mil votos; em 1986, caí para 28 mil. Entrei na rabeira, porque de um lado tinha Lula, que era um puxador de voto em tudo quanto é lugar, e pela esquerda tinha o Florestan Fernandes.⁴⁷ Fiquei ensanduichado, quase não fui eleito. O símbolo da minha campanha de 1986 era um *G* estilizado, representando a foice e o martelo. E ainda por cima houve o episódio de Leme, naquele episódio em que trabalhadores rurais foram assassinados.⁴⁸

Entrei na Constituinte com uma visão esquerdista. Eu tinha como guia um livrinho, chamado *Exigências populares para a Constituinte*. Vinha de uma formação política esquerdista, e dentro do PT estava vinculado a uma posição de extrema-esquerda, que fazia oposição a Lula, fazia oposição à maioria, à Articulação dos 113⁴⁹ etc. Aí entrei na Constituinte e fizemos um bloco dentro da bancada do PT: eu, Florestan Fernandes,⁵⁰ Virgílio Guimarães,⁵¹ que era vinculado à DS,⁵² e alguns outros poucos. Cheguei à Constituinte e pensei "Se vou ser deputado, então tenho que virar deputado pra valer". De modo que meti a cara no negócio 100% do tempo; não fazia outra coisa.

Eu contava com experiência parlamentar anterior;⁵³ era o único da bancada do PT que tinha isso. Lula colocou Plínio de Arruda Sampaio e eu como vice-líderes partido na ANC. E eu divergia do Plínio. Ele tinha uma linha de negociação e eu, de marcação de posição. Depois, os papéis se inverteram. Mas todo mundo achava que fazíamos jogo combinado: "Genoíno bate e Plínio

assopra"... Não era assim! Sobre isso, exemplar foi a divergência grande que tivemos sobre ensino religioso no capítulo da educação. E também no debate sobre os direitos da mulher: foi um debate radical, mas todo mundo achava que a gente estava fazendo jogo de cena! Lula ficava como líder da bancada e negociava com Ulysses, com Mário Covas em alguns momentos. Quem operava o dia-a-dia éramos nós: Plínio e eu. Ele foi o único constituinte do PT a participar de uma relatoria na Constituinte, na Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público.⁵⁴

Para a minha formação política, a Constituinte foi um aprendizado extremo. Para vocês terem uma idéia, os companheiros com que eu tinha afinidade de tendência dentro do PT começaram a me criticar. Uma das críticas mais folclóricas era assim: "Você deixou de ser revolucionário e virou vice-líder do Mário Covas"... Isso era de uma burrice sem igual! Eu era criticado porque tinha feito esse curso de negociação. E, aos poucos, fui me aproximando de Lula, apesar de eu ter sido eleito na rabeira da lista. Mas, como trabalhava muito na Constituinte – e tinha botado na cabeça que tinha que trabalhar bastante –, eu fazia emenda para tudo. A primeira emenda que foi para debate foi a que eu fiz sobre Deus, que saiu na primeira página da Folha de São Paulo: tem que tirar Deus da Constituinte!... Depois, fiz a emenda sobre o aborto. E depois, subi no Plenário para defender o direito à orientação sexual, que mais tarde se tornaria o projeto de parceria civil. Isso tudo facilitou. E, sobretudo, fui convivendo com outras visões -- com Mário Covas, com Jobim, com o próprio Ulysses e também dentro do PT. Fui me transformando: mudando sem mudar de lado. Foi isso. Tanto que, no debate interno no PT sobre assinar ou não a Constituição, eu votei a favor de assinar. Alguns companheiros que me apoiaram em 1986 eram contra assinar. Mas o PT deliberou que tínhamos que assinar. Votaríamos contra para marcar posição, mas, por outro lado, assinaríamos, sim, a Constituição. E assinamos! Depois, criaram essa onda que o PT não tinha assinado. Bobagem! O Diretório deliberou e eu votei, juntamente com o Lula, para assinar a Carta.

CONSTITUINTE E O PT: A DESRADICALIZAÇÃO

O projeto de Lula era ser Presidente da República. E o projeto do PT para Lula era o de comandar o país – e não para que ele viesse a ser um grande deputado constituinte. Com a liderança de massas que tinha, Lula delegava muito para a gente. Nesse sentido, ele repassou bastante coisa para mim e para o Plínio: "Vocês vão lá e, se precisarem de mim, deem um toque". Lula acompanhava tudo, nós o informávamos. E só entrava para discursar, para falar no Plenário, quando se tornava necessário dominar aquele meandro, saber a hora de entrar, a hora em que derruba, em que fala, como pegar uma coisinha aqui e ali etc. Essa é uma engenharia que a experiência no Parlamento te dá, apesar de todas as suas mazelas e de todos os seus defeitos. É uma escola impressionante. De modo que o processo constituinte me educou muito. Tanto que eu fui mudando de visão, sem mudar de lado. E fui me incorporando ao projeto do PT de ter um projeto nacional.

O PT viveu uma transição: de uma visão fechada para uma visão mais aberta. Houve a Constituinte, houve a campanha de Lula em 1989, houve a derrota para Collor e depois a derrota em 1994. Foi tudo um processo. No meu caso, eu vinha de uma formação rupturista. Minha formação teórica pregava uma ruptura com a ordem existente para construir uma nova ordem. Teoricamente, os princípios filosóficos eram de que, em primeiro lugar, era preciso derrubar a ordem para então construir uma nova ordem. A história nos colocou a opção, e isso tem que ser avaliado teoricamente, de mudar a ordem por dentro da ordem. Nós entramos na ordem para poder governar o país no fio da navalha, no bom e no mau sentido. Se o fio da navalha nos anos 1970 eram a morte e a tortura, hoje em dia

é o adaptacionismo: reproduzir práticas que nós criticamos ou então o isolamento. Esse é o novo fio da navalha.

E qual era a outra opção histórica? Era ser um partido de esquerda de massa, muito orgânico com os movimentos sociais mas sem ter maioria para governar o país. O PT fez esse movimento; isso tem que ser avaliado. E a Constituinte foi o início desse processo. Por isso que a Constituinte foi muito importante para o PT: porque foi o início desse processo todo.

E eu vivi esse dilema. Todos os dilemas das minhas opções políticas, eu vivi 100% -- no bom e no mau sentido. Até mesmo esse processo recente dentro do PT. Na Constituinte, chegou um momento em que eu tinha a seguinte opção: ou me tornava uma estrela, sendo um eterno deputado – e eu podia: era possível e era legítimo, e, para me eleger, eu não teria maiores dificuldades: depois de certo tempo, havia um espaço na mídia que eu conquistei; cada vez que eu trabalhava no Congresso, eu informava, dava matéria para a mídia: "Isso aqui vai entrar na pauta, isso aqui vai brecar, vai dar rolo". Ou, alternativamente, eu teria de fazer concessões na minha formação mais à esquerda, vinda do PC do B, e me integraria no projeto do PT. Me decidi integrar 100% nesse projeto e fui até ao limite -- até de ser presidente do PT, coisa que eu não queria. Nesse sentido, a Constituinte, e o PT tem que avaliar isso na sua história, foi um momento interessante, porque abriu esse processo. Foi a Constituinte que abriu o PT para a política institucional.

CONSTITUINTE E A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

Acho que, ao longo dos trabalhos constituintes, o fantasma não era 1988: era 1989. Todo mundo sabia e todos nós avaliávamos que os cinco anos de mandato para Sarney iam passar. Seis anos não passariam; até o Presidente tinha deixado isso de lado. Quatro anos também não. Logo, não tinha como a eleição

presidencial ser em 1988; as grandes lideranças da Constituinte não atuaram tendo em vista 1988, e todo mundo começou a se preparar para 1989. As lideranças partidárias fortes -- Mário Covas e o próprio Ulysses -- sonhavam com 1989. O projeto político do PT e de Lula era para as eleições presidenciais de 1989, assim como o projeto político de Brizola. Ou seja, todas as forças estavam se posicionando para as eleições de 1989.

Vejam que a gente vinha de uma agenda progressista de final da ditadura, da época da transição democrática. A agenda progressista era hegemônica na sociedade, de modo que ninguém queria ser de direita. Isso facilitava o debate sobre certos temas na Constituinte, temas que tinham visibilidade e repercussão social. Nas eleições municipais de 1988, o PT ganhou em São Paulo, em Porto Alegre, em Vitória e noutras cidades médias. Mas isso tudo foi episódico. O planejamento que discutíamos no PT era para 1989, o nosso problema era 1989: a campanha do Lula -- uma eleição solteira. Daí que a Constituinte, o projeto de Constituição do PT, e depois o seu programa, tudo isso fizesse parte do grande momento estratégico do PT. O PT saía daquela fase interna, que diziam que era uma fase uterina, naquele esquema de "Um, dois, três, o resto é burguês", 55 para finalizar a apresentação de um projeto político, que começou na Constituição tal como era pretendida pelo PT. Vejam: a intervenção do PT na Constituinte e a campanha nas eleições municipais em 1988 desembocavam na estratégia eleitoral de Lula em 1989. Na minha avaliação, como a gente contava com uma agenda progressista que dominava o país, os setores da direita -- com as raras exceções dos que assumiam esse papel -- queriam manter o controle da Constituinte mas não queriam se desgastar. Por isso, a gente aproveitava essas contradições desse pessoal. E soubemos aproveitar, sim.

ERROS E LIÇÕES PARA O PT

A história vai resolvendo certos problemas de divergências. Eu acho, por exemplo, que o grande momento de termos feito uma aliança com o centro foi em 1993-1994. Este foi o grande momento histórico. Depois daquilo ali, não houve mais chance. À certa altura, dizia-se que a aliança do PT com o PSDB não tinha sentido, porque eram dois projetos que disputam o poder. Mas, em 1993, isso fazia pleno sentido: tinha havido uma aliança nossa com eles nos trabalhos constituintes, tinha havido outra aliança para determos a aventura do Collor e botar o país num engate democrático, social e justo, e que deveria continuar com uma aliança nas eleições de 1994, com a candidatura do Lula e alguém do PSDB na vice-presidência. Esse foi o grande momento histórico. Perdemos.

Penso que nós, do PT, erramos também num outro momento, e foi por motivo conjuntural. Quando nós aprovamos a Constituição naqueles termos que mencionei – uma medição de forças, em que ninguém tinha maioria e em que se jogava a regulamentação da Carta Política para a lei infraconstitucional --, fizemos essa opção, como está nos *Anais da Constituinte*, de endurecer o emendamento constitucional: a apreciação das emendas constitucionais se daria em comissão especial, com votação com quorum de 3/5 nas duas Casas, em dois turnos, com prazo regulado etc. Mas isso porque a ideia era flexibilizar o processo revisional depois de cinco anos – de maneira semelhante ao que já havia acontecido no caso de Portugal.⁵⁶

E então veio a revisão constitucional de 1993. Como o sucedido em 1992, o ano de 1993 é consequência de todo o andamento eleitoral de 1989 e do processo de *impeachment*. Isso tudo colocou Lula numa posição muito favorável para eleição de 1994. Na revisão constitucional, houve um debate na esquerda se deveríamos apoiá-la, especialmente porque essa era a única forma que permitia aprovação de mudanças na Constituição por maioria absoluta. Havia o risco de

perder direitos sociais consagrados na Constituição: na seguridade social, na saúde, na previdência, na comunicação etc. E aí jogamos tudo na inviabilização da Revisão Constitucional de 1993, porque nós achávamos que ganharíamos o pleito presidencial de 1994. Só que veio o Plano Real, e perdemos a eleição. No PT, eu defendi a revisão constitucional, mas minha posição era minoritária. Jobim era o relator da revisão, e eu sempre tive muita amizade com ele -- uma amizade que nasceu na Constituinte. Nós tínhamos noção de quais eram os pontos que dava para negociar. Até hoje eu tenho uma lista disso. Como Lula estava muito forte, com 42% favoráveis nas pesquisas de intenção de voto, dava para a gente negociar uma revisão constitucional, uma vez que o setor originário do Centrão estava muito enfraquecido, por causa dos episódios do impeachment e da CPI do Orçamento.⁵⁷ Vou dar um exemplo: o caso das telecomunicações. Negociando, aceitaríamos a privatização da telefonia celular e da telefonia fixa -- mas conseguiríamos segurar a Embratel. Sempre defendi que deveríamos ter negociado uma revisão constitucional; na época, nós ainda tínhamos força, estávamos na campanha eleitoral de 1994. Mas optamos por inviabilizar a revisão. Aí FHC ganha, e de 1995 em diante vem a avalanche de emendas constitucionais em cima da gente. Paciência...

TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E AGENDA CONSTITUINTE

Houve, na verdade, uma agenda política do país que desembocou na Constituinte. Era uma agenda reprimida, que vinha desde a questão dos direitos humanos, da transição política e da campanha das *Diretas-Já*. A agenda do país apareceu toda na Constituinte, com todas as suas limitações.

Do ponto de vista social, acho que a Igreja Católica teve um papel fundamental na questão dos movimentos populares. É bom lembrar que, nessa época, a Igreja não tinha a influência conservadora e fundamentalista que tem hoje em dia, com o papa Bento XVI. A Igreja tinha uma visão mais abrangente,

e suas bandeiras sociais foram muito importantes. A CNBB⁵⁸ foi muito importante para conseguirmos apresentar as emendas populares. O livro sobre as emendas populares⁵⁹ mostra bem os movimentos sociais em ação, e essa é uma particularidade da transição no Brasil: o movimento popular não foi cooptado pela transição política pelo alto. Nem o PT nem a esquerda foram domesticados, assim como o movimento social não foi cooptado. As comunidades populares e o movimento sindical vieram paralelamente a isso.

Houve uma presença popular maciça no processo. O pessoal fazia caravanas, ocupava os recintos. Era algo que tinha vindo lá da época das *Diretas-Já*, do próprio momento de disputa no Colégio Eleitoral e que finalmente chegou na Constituinte -- e com presença forte, de todo tipo. Nós colocávamos eles todos para dentro. Entravam conosco no Plenário, usávamos as nossas prerrogativas de deputados federais no limite. Isso deu confusão, teve quebra-quebra, problemas posteriores. Éramos seus porta-vozes. Em algumas poucas questões – por exemplo, nas questões trabalhistas, como jornada de trabalho de 40 horas ou na demissão imotivada – eles é que eram os líderes. Nesses casos, a negociação não era nem com o PT: era com Mário Covas, era com o próprio Bernardo Cabral ou com Fernando Henrique Cardoso. Essas lideranças conversavam com os dirigentes dos sindicatos, com a cúpula. Com a base, conversávamos nós. Íamos nas plenárias da CNBB, nos reuníamos em colégios e os informávamos da pauta: "Amanhã vai entrar destaque tal e tal; anotem aí". E era impressionante: foi o período mais rico da aproximação parlamentares-movimentos sociais. Nós tivemos um momento de participação na Constituinte que misturou a democracia participativa com a democracia representativa. E foi a Igreja que deu um aparato para isso: a quantidade de reuniões que houve na CNBB não foi brincadeira -- porque o sindicato não tinha a estrutura que tem hoje, não tinha como dar retaguarda a tanta gente.

Penso que o momento maior em que o país discutiu a sua agenda foi no processo constituinte de 1987-88. Mais até do que a eleição presidencial de 1989. Tudo no país apareceu lá. Nada ficou nada interditado. Foi na Constituinte que o direito dos quilombolas emergiu, assim como o direito dos índios, a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, a questão da mineração etc. Ao longo de todo o processo de democratização, foi o único momento em que o país apareceu por inteiro -- com as suas virtudes e com a sua generosidade. Todo mundo queria marcar posição. Eu, por exemplo, cheguei lá e propus retirar Deus da Constituição. Era o direito de rebelião!

Foi um momento singular. Por isso, lembrar e estudar esses vinte anos e discutir a agenda do país é fundamental, porque foi um dos poucos momentos em que o país por inteiro apareceu. Em minha casa, tenho os vários Projetos de Constituição: o Projeto "A", o Projeto "B", o "C" e o "D" etc. Ali dá pra ver a evolução dos debates, a incorporação dos temas. Dá pra ver tudo! Do ponto de vista do debate, da politização do país, acho que foi um momento privilegiado, um grande momento. Nada ficou sem aparecer. É mais ou menos como se a Constituinte dissesse: "Olha, o Brasil é este que aparece aqui". E quem fez isso? Foi o Congresso Nacional. E vejam: nosso presidencialismo precisa de uma reforma: aqui, é mais ou menos o seguinte: ou temos um governo muito forte num Congresso fraco ou é vice-versa. O que aconteceu na Constituinte? O governo estava muito fraco. E a Constituinte ficou muito forte. Todos os candidatos a Presidente da República saíram da Assembleia Nacional Constituinte -- com a exceção de Collor, lá estavam todos eles: Ulysses, Aureliano,60 Lula, Mário Covas, Caiado, Afif.61 Isso não foi por acaso. E foi a Constituinte que derrubou o Afif, porque ele era o grande candidato que vinha para ser o Collor. Foi a Constituinte que o derrubou.

Nós tivemos coisas da Constituinte que hoje temos que avaliar melhor. Como até hoje não fizemos uma reforma política, temos atualmente muitos problemas de funcionamento das instituições. E a mídia faz uma aliança com tais instituições por uma questão de pauta do jornalismo. De certa maneira, estamos vivendo uma fase de deslegitimação da disputa democrática de massa. A Constituinte foi isso nos estertores. Não foi bem uma revanche contra a transição pelo alto, mas uma esquerdização da transição. Acho que ela foi, no limite, um tensionamento, quase uma ruptura: representou o processo mais radical do período de transição no Brasil. Isso não aconteceu na campanha das *Diretas-Já*, nem nas eleições presidenciais posteriores. No meu modo de entender, o debate sobre o que deve ser o Brasil aconteceu mesmo foi na Constituinte.

O RETROVISOR DA CONSTITUINTE

Do ponto de vista político, a Constituição é democrática porque teve como referência o retrovisor: a ditadura militar. Isso era muito claro. E onde não se avançou? Não avançamos em delinear projetos na questão política, das instituições, do Congresso Nacional, do Poder Executivo: não delineamos uma visão de futuro. Por outro lado, do ponto de vista da concepção dos direitos individuais, dos princípios fundamentais, dos direitos sociais, do sistema de Saúde, da Previdência etc., minha avaliação é que a Constituinte pensou o futuro. Porque, nesses elementos, ela é uma das maiores conquistas do ponto de vista de uma visão do Estado de bem-estar social.

Vejam com exemplo do conceito de família: as pessoas não imaginam a guerra que foi incluir a definição de união estável na Constituição. Não foi fácil, porque foi no voto, e havia uma disputa acirrada com a Igreja Católica, que não aceitava isso. Mais ainda: conseguimos o reconhecimento, no artigo 231, da titularidade das terras indígenas, da seguinte forma:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.⁶²

Esses direitos foram objeto de uma disputa pesada, e só ganhamos porque o argumento central, que inclusive foi desenvolvido pelo Nelson Jobim, é que, sendo terra indígena, é bem da União. E, sendo bem da União e estando na fronteira, os militares têm inteira liberdade de atuação.

O que dificultou a disputa mais ideológica foi o seguinte: tínhamos um retrovisor muito grande, que era o retrovisor da ditadura. Aquele retrovisor foi o parâmetro para fazer a Constituição. Estou convencido que foi uma limitação nossa que esse retrovisor não sinalizasse em relação ao que vinha. E olhem que estávamos em meio a uma época histórica dramática. Porque, enquanto o muro de Berlim estava caindo, nós fazíamos aqui uma Constituição. Aparentemente, a esquerda se fortalecia no Brasil. Em compensação, no plano internacional, sofríamos uma ampla derrota estratégica.

Era uma conjuntura histórica muito peculiar. Por isso, íamos pelos pontos, não tínhamos um projeto geral. Mesmo o projeto de Constituição do PT – que teve muita influência do Fábio Konder Comparato⁶³ – era uma espécie de ala esquerda da democratização. E não havia uma disputa de projeto inteiramente delineado. O que havia eram disputas pontuais. Para a anistia, tínhamos uma posição definida; para a reforma agrária, também. Na Ordem Econômica, misturávamos muito: fizemos uma aliança com alguns grandes empresários nacionalistas, fizemos aliança tranquilamente com multinacionais para ganharmos nos direitos sociais. Nós, o grupo mais à esquerda, que era o PT e a Frente Popular do PMDB, pagamos o preço. Estávamos muito focados na questão democrática e social, não estávamos muito focados na questão econômica.

Hoje, eu diria que faltou balizar melhor o que deve ser a autonomia de certas instituições do Estado. Porque eu acho que algumas instituições têm muita autonomia, o que é preocupante. O Banco Central, por exemplo, tem que ter certa autonomia, mas, do jeito que ele tem, não dá. Idem no caso da Receita Federal. As agências reguladoras têm de ter autonomia, mas não tanto. Se não, o poder que nasce do voto e que emana do povo fica comprometido. Essa agenda política é a grande lacuna desse livrinho – a Constituição de 88. E nós não tínhamos visão nem tampouco correlação de forças para enfrentar isso na Constituinte. Porque prevaleceu o retrovisor. Era o retrovisor puro. Não tinha nem um pouco de pára-brisas. Nem quebrado.

Depoimento concedido na manhã de 04 de julho de 2008, no CEDEC. Participaram do encontro os pesquisadores Ademar Cruz, Andrei Koerner, Antônio Sérgio Rocha, Bernardo Ferreira, Cícero Araújo, Eduardo Noronha, Gilberto Bercovici, Jefferson Goulart, San Assumpção e vários outros membros da instituição.

NOTAS

¹ Tratava-se da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) no. 43/85.

- ³ União Democrática Ruralista, entidade de classe de agroprodutores com o objetivo declarado de "preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e o respeito às leis do país". Fundada em Presidente Prudente (SP) em 1985, a entidade reuniu grandes proprietários do país com a finalidade de pressionar o Congresso Nacional e impedir à sanção de leis que visem à reforma agrária no Brasil. A entidade ficou célebre na segunda metade dos anos 80 pela sua beligerância no campo. O médico e pecuarista Ronaldo Caiado, de tradicional família política de Goiás, presidiu a UDR de 1986 a 1989, exercendo constante pressão sobre o Congresso Nacional nos temas ligados a reforma agrária.
- ⁴ Nascido em Santos em 21 de abril de 1930, Mário Covas Júnior era descendente de galegos e de portugueses. Graduou-se em Engenharia Civil na Escola Politécnica da USP, onde foi colega de Paulo Salim Maluf. Em 1955, seria eleito vice-presidente da UNE. Formado, Covas trabalhou como engenheiro da Prefeitura de Santos até 1962. Entrou para a política pelas mãos de Jânio Quadros. Foi candidato derrotado à prefeitura de Santos em 1961, mas conseguiu eleger-se deputado federal pelo Partidos Social Trabalhista em 1962. Foi um dos fundadores do MDB, tornando-se líder do partido na Câmara dos Deputados em 1968 (cujo vice-líder vinha ser o deputado amazonense Bernardo Cabral). Ambos seriam cassados pelo AI-5 em 1969. Com isso, Covas volta a dedicar-se à engenharia. Reconquista os direitos políticos em 1979 e reelege-se deputado federal em 1982 pelo PMDB. No governo de Franco Montoro, foi Secretario de Transportes, e em 1983 seria por ele nomeado prefeito "biônico" de São Paulo até 1985. Em 1986, seria eleito para o Senado Federal com 7,7 milhões de votos, a maior obtida até então. Na Constituinte, derrota Fernando Henrique e se torna o líder do PMDB, desenvolvendo atuação de muita projeção. Seria um dos fundadores e primeiro presidente do PSDB. Candidatou-se à Presidência da República nas eleições de 1989, quando pronunciaria o discurso sobre o "choque de capitalismo" de que o Brasil necessitaria; obteve um modesto 4º. lugar. No ano seguinte, foi candidato derrotado ao governo de São Paulo, ficando em 3. lugar. Em 1994, Covas foi novamente candidato a governador, elegendo com votação expressiva. Reelege-se 1998. Covas sofreu de câncer na bexiga, que vitimou em março de 2001. Seu vice, Geraldo Alckmin, assumiria o governo do Estado até o final de seu mandato, em 2002.

² A partir da CF 88, uma Proposta de Emenda Constitucional tramita da seguinte maneira: é criada uma comissão especial, formada de deputados e de senadores, para apreciar e preparar parecer e votar a admissibilidade da PEC. Em caso de aprovação, a Proposta é remetida ao Plenário do Congresso Nacional. Em reunião conjunta das duas Casas legislativa (mas com votação separada entre senadores e deputados).

⁵ Mário Covas foi cassado em 1969, com a outorga do AI-5.

⁶ Agrupamento suprapartidário de cunho conservador criado em fins de novembro de 1987, abrangendo o arco de partidos de direita e centro-direita até parcelas do PMDB. Autointitulando-se *Centro Democrático*, reagia ao Projeto de Constituição elaborado na Comissão de Sistematização, considerado demasiado esquerdista e estatizante.

⁷ Ricardo Ferreira Fiúza nasceu em 6 de setembro de 1939, em Fortaleza (CE). Graduou-se em Direito pela UFPE. Era sócio-gerente da Comércio e Indústria da produtos Alimentícios de Pernambuco

40

(Gravatá). Pela legenda da ARENA, elegeu-se deputado federal de 1970 a 1978. Ingressando no PDS, reelege-se em 1982, tornando-se vice-líder da legenda. Em 1984, votaria contra a emenda das *Direitas-Já*, e, em janeiro de 1985, vota em Paulo Maluf na escolha presidencial no Colégio Eleitoral. Em 1986, é eleito deputado constituinte pelo PFL. Membro da Subcomissão da Defesa do Estado, da Comissão de Organização Eleitoral e Partidária e membro nato da Comissão de Sistematização. Muito ligado aos militares, tribuno agressivo e bom articulador da direita, foi um dos criadores e talvez o principal líder do *Centrão*, articulando pelos cinco anos de mandato para o Presidente Sarney. Em 1990, se reelegeria deputado federal, tornando-se líder do bloco governista PFL-PRN na Câmara. Em 1991, substitui o deputado João Alves na relatoria da Comissão de Orçamento. Em 1992, é nomeado ministro da Ação Social do Governo Collor. Pouco tempo depois, é nomeado Secretário de Governo, em substituição a Jorge Bornhausen. Em setembro de 1992, deixa o Ministério para conduzir o movimento anti-*impeachment* na Câmara dos Deputados. Adiante, sofre processo por envolvimento nas irregularidades nas emendas ao Orçamento Público, mas termina inocentado. Em 1998, reelege-se pelo PFL à Câmara dos Deputados. Em 1999, é escolhido relator do projeto do novo Código Civil. Morre de câncer em 12 de dezembro de 2005, no Recife.

- ⁸ Nascido em Xapuri (Acre) em 1920, Jarbas Gonçalves Passarinho graduou-se pela Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, com aperfeiçoamento na Escola de Oficiais e curso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. No Exército, foi instrutor dos cursos de Artilharia do CPOR de Belém de 1943 a 1944. Foi também instrutor do Curso de Artilharia da AMAN, de 1946 a 1948; comandante de Bateria da Academia Militar de Agulhas Negras (1951-52) e chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, de 1962 a 1963. Na atividade civil, foi superintendente da Petrobrás na Amazônia de 1959-60. Em sua trajetória política, foi governador do Pará (1964-65) e senador da ARENA por três mandatos (1967-74; 1975-82; 1986-1995). Presidiu o Congresso Nacional e o Senado Federal de 1981 a 1982. Além disso, foi Líder do Governo Figueiredo no Senado Federal (1979-1980). No governo Costa e Silva, Passarinho foi Ministro do Trabalho de 1967 a 1969, quando subscreveu o Ato Institucional n. 5. No governo Médici, foi Ministro da Educação (1969-74). No governo Figueiredo, foi Ministro da Previdência e Assistência Social (1983-1985). Na Assembleia Nacional Constituinte, foi presidente da Comissão de Organização Eleitoral e Partidária e 3°. Vice-Presidente da Comissão de Sistematização e membro da Comissão de Redação. No governo Collor, foi seu Ministro da Justiça (1990-92).
- ⁹ José Paulo Bisol é desembargador, escritor e político brasileiro. Estudou Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Comunicação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 1982 foi eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul pelo PMDB. Em 1986, eleito senador pelo mesmo partido. Junto com Mário Covas foi um dos fundadores do PSDB em 1988, ano que participou de forma atuante na Assembleia Constituinte. No ano seguinte, mudou para o PSB e foi candidato a vice-presidente na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Foi cotado como candidato a vice de Lula em 1994, mas devido a denúncias, foi substituído por Aloizio Mercadante. Entre 1999 e 2002 foi secretário de Justiça e Segurança no Rio Grande do Sul, onde propôs a unificação das polícias civil e militar. No ano de 2009 recebeu a Medalha do Mérito Farroupilha, a mais alta distinção da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.
- Jornalista, professora e política. Nos anos de 1960 iniciou sua atuação política no Recife, participando de movimentos culturais e estudantis. Na década de 1970, foi assessora de Ulisses Guimarães, presidente do então Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em seguida, Cristina foi eleita deputada federal por três mandatos. Em 1983, fundou no Recife o Centro de Estudos Políticos e Sociais Teotônio Vilela Em 1988, foi uma das fundadoras do PSDB em Pernambuco e candidata,

41

derrotada, a vice-prefeita do Recife, na chapa encabeçada pelo ex-deputado Marcus Cunha. Em 1990 não conseguiu se reeleger deputada federal. Na Assembleia Constituinte, foi relatora da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação e da Comissão de Sistematização; apresentou 227 emendas, das quais 95 foram aprovadas. Cristina Tavares integrou o chamado grupo dos Autênticos do MDB.

- ¹¹ Deputado Oswaldo Lima Filho, do PMDB/PE.
- ¹² Formado em Direito pela PUC-RS, atuou como professor de Literatura em curso pré-vestibular e, durante algum tempo, foi professor de direito constitucional nas Faculdades Rio-Grandenses. Apresentou programas de televisão e rádio. Em Carreira política, José Fogaça se iniciou pelo MDB sendo eleito deputado estadual. Após, ingressou no PMDB. Coordenador da campanha das Diretas Já em 1984; eleito senador pelo Rio Grande do Sul em 1986 e na Constituinte defendeu a adoção do parlamentarismo e foi um dos responsáveis pela elaboração do texto final da Constituição de 1988. Também atuou como relator dos projetos do Código Civil, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da emenda constitucional que criou juizados especiais. Em 2010 foi candidato ao governo do Rio Grande do Sul, mas não obteve a eleição, ficando em segundo lugar. O eleito foi Tarso Genro.
- ¹³ Formado em Direito pela Universidade do Brasil, atual UFRJ, iniciou sua carreira de administrador e político trabalhando com seu tio, Tancredo Neves, na Secretaria de Finanças de Minas Gerais. Durante o período de Tancredo como primeiro-ministro do país, foi seu secretário particular. Especializou-se em finanças públicas e tributação com cursos no exterior. Foi Secretário da Receita Federal em 1979 e em 1985 Ministro da Fazenda escolhido pelo presidente eleito indiretamente Tancredo Neves e mantido por José Sarney que acabaria por assumir o cargo de presidente. Elegeu por diversas vezes deputado federal, além de ter sido Ministro da Indústria e Comércio e Ministro do Trabalho no governo FHC. Eleito senador em 2006, 2007 presidente nacional do PP e reeleito em 2009.
- ¹⁴ Filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Plinio de Arruda Sampaio é um ativista político brasileiro. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; militou na Juventude Universitária Católica e na Ação Popular. Foi promotor público, deputado federal constituinte e concorreu as eleições presidenciais em 2010, obtendo o 4º. lugar.
- 15 Seus mandatos eletivos foram como vereador em Timbaúba, PE; deputado estadual por Pernambuco; deputado federal e deputado federal constituinte. Entre suas filiações estão MDB e PMDB. Ocupou o cargo de Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Pernambuco e Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Na assembleia nacional constituinte participou de: Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições: Suplente, 1987; Comissão da Organização dos Poderes e Sistemas de Governo: Relator, 1987; Comissão de Sistematização: Titular, 1987-1988; Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança: Suplente, 1987.
- ¹⁶ Nascido na Bahia em 12 de setembro de 1931, formou-se em Medicina na UFBA, com pósgraduação na França. Lecionou no Departamento de Pediatria dessa Universidade e exerceu vários cargos técnicos e administrativos na esfera estadual e federal. No Governo Sarney, foi Ministro da Saúde em 1985 e Ministro da Educação em 1989. Historicamente ligado a correntes conservadoras, San'Anna emprestou decisivo e sistemático apoio ao movimento de reforma sanitária. Na sua gestão, o Ministério da Saúde convocou a VIII Conferência Nacional da Saúde, que forneceu elementos à

Constituinte para a reformulação do Sistema Nacional de Saúde. Durante a Constituinte, em determinadas ocasiões, Sant'Anna abdicou de sua condição de líder do Governo para defender os setores ligados à saúde pública. Morreria em abril de 2007, aos 72 anos, como decorrência de complicações cardiovasculares.

- ¹⁷ Nasceu em 5 de dezembro de 1936 em Mirador (MA). Advogado com bacharelado em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB). Antes de optar pela política integrou o conselho de administração da antiga Telebrasília. Eleito em 1986 para o seu primeiro mandato de senador, sendo também eleito para governador do Maranhão. Atualmente é Ministro de Minas e Energia do Brasil.
- ¹⁸ Fundador e ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), representa os interesses dos profissionais da área da saúde e dos proprietários rurais no Congresso. Em 1989 disputou a Presidência da República pelo PSD. Parlamentar articulado, presidiu a Comissão de Agricultura da Câmara (2005) e a Frente Parlamentar da Agropecuária (2003). É vice-líder do DEM na Câmara. De família tradicional no Goiás, é um interlocutor privilegiado dos pecuaristas no Legislativo. São bandeiras do parlamentar, além do combate às ocupações de terra, a agenda dos agricultores e produtores rurais, para os quais reivindica menores taxas de juros, mais créditos, incentivos e negociações de dívidas.
- ¹⁹ Tratava-se da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, parte integrante da Comissão da Ordem Econômica.
- Vladimir Palmeira começou a participar primeiramente da política estudantil no colégio. Após alguns anos, ingressou na Faculdade Nacional de Direito, da então Universidade do Brasil, atual UFRJ. Filou-se à Reforma, que ganhou eleições de 1964 para o centro acadêmico da Faculdade, um dos mais tradicionais: CACO, Centro Acadêmico Cândido de Oliveira. Participou ativamente de várias manifestações estudantis no ano de 1968 que culminaram na Passeata dos Cem Mil. Preso em 1967, voltou em 1968 ao Congresso da UNE. Um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, elegendo-se em 1986 para deputado federal constituinte.
- ²¹ Economista, diplomata e político brasileiro. Ocupou os cargos de deputado federal, senador e ministro do Planejamento de Castelo Branco.
- ²² Deputado federal por São Paulo por quatro mandatos e Ministro da Indústria e Comércio de 1988 a 1990.
- ²³ Luís Eduardo Maron Magalhães nasceu em Salvador dia 16 de março de 1955. Filho de exgovernador da Bahia e ex-senador pelo estado, Antônio Carlos Magalhães, era considerado o sucesso de seu pai no meio político. Foi deputado estadual de 1979 a 1987 e deputado federal de 1987 até sua morte, sendo presidente da Câmara dos Deputados durante o biênio de 1995 a 1997. Estava em précampanha ao governo da Bahia pelo PFL em 1998 e era tido como o próximo governador da Bahia. Morreu de enfarto fulminante aos 43 anos.
- ²⁴ Gastone Righi Coughi é advogado, empresário e político brasileiro. Foi deputado federal cassado durante a Ditadura Militar e presidente nacional do PTB. Sua carreira de advogado teve início em sua cidade natal, Santos. Na época da ditadura o escritório conquistou causas importantes tornando-se uma referência nacional na luta pelos direitos dos dirigentes sindicais, oprimidos pela imposição do AI-2.

43

Cassado após ao AI-5 ao lado de Mário Covas e outros políticos por pertencerem ao MDB, partido de oposição a ARENA.

- ²⁵ Político e advogado brasileiro que teve grande papel na oposição a ditadura militar e na luta pela redemocratização do Brasil, liderando as Diretas Já. Participou do PSD (1947-1965), MDB (1965-1979) e PMDB (1979-1992). Foi Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e Presidente da Câmara dos Deputados. Presidiu a Assembleia Nacional Constituinte em 1987-1988.
- ²⁶ Arquiteto, político e ativista social brasileiro. Católico devoto, Whitaker se inspira na Teologia da Libertação e mantém laços estreitos com a Comissão Brasileira Justiça e Paz, organismo ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Whitaker se filiou ao Partido dos Trabalhadores em 1988, sendo eleito vereador pelo PT a uma vaga na Câmara Municipal de São Paulo. Atuou como líder do governo de Luiza Erundina. Em 2006, desliga-se do partido. Nas eleições brasileiras de 2008, ajuda a organizar o Projeto Ficha Limpa, que tem como objetivo impedir a candidatura de cidadãos que respondem a processos na Justiça.
- ²⁷ Parte integrante da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.
- ²⁸ Nascido em Belo Horizonte, 2 de julho de 1947, João Pimenta da Veiga Filho ingressou na vida pública em 1978. Eleito pelo MDB deputado federal, continuou na Câmara dos Deputados até 1988, já pelo PMDB, quando foi eleito prefeito de Belo Horizonte. Nesse período migrou para o PSDB. Em 1990, antes de terminar seu mandato, desligou-se da prefeitura para concorrer ao governo estadual, porém sem êxito. Em 1994 e em 1998 foi reeleito deputado federal. Em 1998, foi nomeado ministro das Comunicações, após a morte do então ministro, Sérgio Motta. Um de seus principais trabalhos foi conduzir o caso Manchete, em que se tentava o salvamento da Rede Manchete, assolada por uma grave crise financeira. Ficou no ministério até 2003, não assumindo por isto sua vaga na Câmara naquela legislatura. Presidiu nacionalmente o PSDB de 1994 a 1995, partido que ajudou a fundar em junho de 1988.
- ²⁹ Artigo número 223.
- ³⁰ Comissão de Estudos Constitucionais, nomeada pelo Presidente Sarney para preparar um anteprojeto que deveria servir de texto básico para a elaboração da nova Constituição.
- Nascido no estado do Rio de Janeiro, ainda jovem mudou-se para o Paraná, onde se formou em Odontologia pela Universidade Federal do Paraná, em 1959. Em 1962, foi eleito deputado federal pelo Partido Democrata Cristão e, após o golpe militar de 1964, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tendo sido um de seus fundadores. Foi reeleito em 1966. Em 1970, foi candidato a senador. Dois anos depois, foi eleito prefeito de Londrina, ficando no cargo entre 1973 e 1977. Em 1978, foi eleito senador da república. Nas eleições de 1982, Richa foi eleito governador do Paraná. No mandato, desenvolveu projetos sociais, engajando-se também na campanha das eleições Diretas Já para a Presidência da República. Deixou o PMDB em 1988 para ser um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).
- ³² Começou sua carreira política em 1954, como vereadora do então Distrito Federal (Rio de Janeiro) pela União Democrática Nacional (UDN), cargo que ocupou até 1958. Em 1960, foi eleita deputada

estadual (UDN) no antigo estado da Guanabara. Deixou o cargo em 1962, quando passou a ocupar a Secretaria de Serviços Sociais da Guanabara no governo de Carlos Lacerda.Entre 1964-1965, Cavalcanti foi presidente do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação). Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (1965) e a criação do bipartidarismo, Cavalcanti se filiou à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que apoiava o regime militar. Em 1985 lançou sua candidatura à prefeitura do Rio de Janeiro pelo PDR, entretanto acabou por apoiar Rubem Medina que posteriormente a convidou a ingressar no PFL sendo eleita deputada federal por esta sigla em 1986 e 1990. Na primeira gestão de César Maia na prefeitura do Rio de Janeiro (1993-1997) foi Secretária Municipal de Projetos Especiais.

- ³⁴ Essa Subcomissão tinha o deputado José Tavares (PMDB-PR) na presidência e foi relatada pelo deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE).
- ³⁵ Essa Comissão foi presidida pelo senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) e relatada pelo deputado Prisco Viana (PMDB-BA).
- ³⁶ Nascido em Caetité, Bahia, Haroldo Lima pertencendo a tradicional família caetiteense descendente do Barão de Caetité e do primeiro governador eleito do Estado da Bahia. Militou nos movimentos estudantis como a Juventude Universitária Católica, União dos Estudantes da Bahia e UNE após ingressar na Universidade Federal da Bahia cursando Engenharia Elétrica. Participou do grupo fundador da Ação Popular que posteriormente fez oposição ao regime militar. Após a promulgação do AI-5 trabalha na lavoura a fim de organizar politicamente os trabalhadores rurais. Foi deputado federal constituinte e diretor geral da ANP do Brasil.
- ³⁷ Vivaldo Barbosa é filiado ao PDT. Nascido em 23 de janeiro de 1942, teve seus mandatos eletivos como deputado federal constituinte e deputado federal por duas vezes. Foi professor do Centro de Estudos e Pesquisa do Ensino de Direito; Secretário da Justiça do Estado do Rio de Janeiro e professore de história do direito constitucional. Cursou direito na Universidade Estadual de Goiás.
- ³⁹ General de divisão e político brasileiro. Oriundo de família com ascendência militar iniciou sua carreira na Escola de Guerra de Porto Alegre. Combatia os Dezoito do Forte, Tenentismo e Coluna Prestes. Foi ministro de Guerra e elaborou a Doutrina de Segurança Nacional. Chefe do Estado Maior do Exército Brasileiro (1937-1943).
- ⁴⁰ Há 40 anos foi impressa pela primeira vez o que viria a ficar conhecida como a "newsletter" em economia do mercado brasileiro, o Relatório Reservado.Durante todo o ciclo militar pós-64, a publicação se pautou pela defesa da democracia e da economia nacional.
- ⁴¹ Termo que se empregava na Constituinte, e que depois se tornaria de uso corrente, para designar os deputados que não participavam da Comissão de Sistematização, que não eram líderes e que ficaram sem atividade legislativa ao término da etapa das Comissões Temáticas.
- ⁴² Tratava-se do deputado Maurício Fruet. Nascido em Curitiba em 1939 e falecido em agosto de 1998, foi vereador de Curitiba, deputado estadual pelo MDB (1970-1978), deputado federal (1978-1982), prefeito "biônico" (nomeado pelo Governador José Richa) de Curitiba deputado federal (1983-

1986) e de deputado constituinte em 1986-1990. Conhecido pelo senso de humor e pelas brincadeiras, como a que fez com Ulysses Guimarães convocando uma reunião sem que este soubesse, enquanto todos os convidados estavam vestidos formalmente, Fruet mandou que fosse entregue pizza e guanará, como se Ulysses as tivesse pedido. Seu filho, Gustavo Fruet, também seguiu careira política, sendo vereador de Curitiba, deputado federal do Paraná e prefeito de Curitiba.

- ⁴³ Sigla do Diário do Congresso Nacional, que veicula os debates e outras atividades do Legislativo federal.
- ⁴⁴ Ex-lider do PT entre 1980 e 1985, banido do partido por ter votado em Tancredo Neves. Soares foi do PMDB, PDT, PSDB e PPS, até se filiar ao PV. Atuou nos bastidores de duas campanhas presidenciais: de Leonel Brizola (PDT), em 1989, e de Ciro Gomes (PPS), em 1998.
- ⁴⁵ Nascido em Taubaté em 19 de abril de 1933, José Carlos Moreira Alves formou-se em Direito pela então Universidade do Brasil, atualmente UFRJ. Foi também professores de diversas faculdades de direito. Em 1972 foi nomeado pelo presidente da República Emílio Médice para o cargo de Procurador Geral da República, tendo, posteriormente, em 1975, por indicação de Ernesto Geisel, ocupado o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.
- ⁴⁶ Durante os trabalhos da constituinte de 1988, Ulysses Guimarães denominou os membros da Junta Militar de "os três patetas".
- ⁴⁷ Nas eleições para deputado federal de 1986, Florestan Fernandes obteve 50.024 votos.
- ⁴⁸ Em 11 de julho de 1986, na cidade de Leme, em São Paulo, dois trabalhadores rurais foram mortos durante uma greve. O ministro da Justiça, Paulo Brossard, imediatamente responsabilizou o PT pelas mortes. De acordo com Sarney, era um sinal de que o PT havia optado pela luta armada e a violência. As investigações provaram, entretanto, que os assassinos eram policiais militares, e o Estado foi condenado a pagar indenização à família das vítimas. Nem Sarney nem Brossard se retrataram de suas declarações.
- ⁴⁹ No período 1980-1989, de luta contra a ditadura militar e contra a "transição conservadora para a democracia", o PT foi hegemonizado por uma tendência denominada Articulação, originalmente denominada Articulação dos 113 (devido a um documento com este número de assinaturas).
- ⁵⁰ Sociólogo e político brasileiro eleito duas vezes como deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores. O nome de Florestan Fernandes está obrigatoriamente associado à pesquisa sociológica no Brasil e na América Latina. Sociólogo e professor universitário, com mais de cinquenta obras publicadas, ele transformou o pensamento social no país e estabeleceu um novo estilo de investigação sociológica, marcado pelo rigor analítico e crítico, e um novo padrão de atuação intelectual.
- ⁵¹ Virgílio Guimarães de Paula nasceu em Belo Horizonte, dia 5 de setembro de 1949. É um economista e político brasileiro filiado ao PT. Foi vereador em Belo Horizonte entre 1993 e 1996 e deputado federal pelo estado de Minas Gerais entre 1987 e 1991 e entre 1995 e 2011. Foi candidato a governador de Minas Gerais em 1990 e a prefeito de Belo Horizonte em 1985, 1988 e 1996.
- ⁵² Democracia Socialista é uma organização política marxista brasileira que existiu como agrupamento político independente até 1986, quando se transforma em tendência política interna ao Partido dos Trabalhadores.

- ⁵⁶ A Constituição Portuguesa estabelecia ainda um regime de descentralização administrativa, adequado a cada colônia (art.º 67.º). Por fim, estava ainda prevista uma revisão ordinária do texto constitucional de 10 em 10 anos, podendo esta ser antecipada em 5 anos se assim o resolvessem dois terços dos membros do Congresso, em sessão conjunta (art.º 82, § 1.º e 2.º).
- ⁵⁷ Os chamados "Anões do Orçamento" foram congressistas brasileiros que no final dos anos 80 e início dos anos 90 se envolveram em fraudes com recursos do Orçamento da União até serem descobertos e investigados, em 1993, perante uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de grande repercussão. A denominação de "anões" era uma alusão a coincidência de serem os principais envolvidos homens de baixa estatura física.Foram descobertos em outubro de 1993, a partir das denúncias do economista José Carlos Alves dos Santos, integrante da quadrilha e chefe da assessoria técnica da Comissão do Orçamento do Congresso.
- ⁵⁸ A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil é a instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja católica no País.
- ⁵⁹ Trata-se do livro *Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- ⁶⁰ Antônio Aureliano Chaves de Mendonça é natural de Três Pontas, Minas Gerais. Nasceu em 13 de janeiro de 1929, vindo a falecer em 30 de abril de 2003. Formou-se em Engenharia Mecânica e Elétrica pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá. A primeira eleição que disputou foi em 1958 pela UDN. Em 1966, foi eleito deputado federal pela Arena, e além dessa atividade pública foi também: deputado estadual por duas vezes; diretor da Eletrobrás; Secretário de Estado; governador; Vice-Presidente da República e Ministro das Minas e Energia.
- ⁶¹ Guilherme Afif Domingos nasceu dia 18 de setembro de 1943 em São Paulo. Administrador de empresas, empresário e político brasileiro filiado ao PSD, mas já passou pelo PDS e PL. Formou-se pela Faculdade de Economia do Colégio São Luís. Deputado federal por São Paulo, Secretário de Trabalho e Emprego de São Paulo, Secretário de Desenvolvimento de São Paulo e Vice-governador de São Paulo.Foi o candidato do PL à presidência nas eleições de 1989, tendo sido o 6º colocado com mais de 3,2 milhões de votos (mas tendo ficado à frente de nomes importantes da política nacional como Ulysses Guimarães, Roberto Freire e Fernando Gabeira). Contudo, mesmo com a derrota, tornou-se nacionalmente famoso devido ao seu carisma e ao jingle de sua campanha: "Juntos chegaremos lá/Fé no Brasil/Com Afif juntos chegaremos lá."
- ⁶² Artigo 231 da Constituição Federal de 1988 reconhece pela primeira vez aos índios no Brasil o direito à diferença, isto é: de serem índios e de permanecerem como tal indefinidamente.
- ⁶³ Fábio Konder Comparato nasceu em Santos em 8 de outubro de 1936. É advogado, escritor e jurista brasileiro. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Especializou-se inicialmente em Direito Comercial e atualmente se dedica a dar cursos em Fundamentos de Direitos Humanos e Direito do Desenvolvimento. Fundador da Escola de Governo. Expoente da

⁵³ Genoíno havia sido eleito deputado federal pela primeira vez em 1982.

⁵⁴ Presidida pelo deputado José Costa (PMDB-AL).

⁵⁵ Slogan eleitoral do PT nas primeiras eleições de que participou.

intelectualidade de esquerda foi um dos advogados de acusação no processo de impeachment do expresidente Fernando Collor. É o autor de uma das ações populares contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Professor titular aposentado (em 2006) da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, doutor em Direito pela Universidade de Paris e doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra. Em 2009, recebeu o título de Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.